



## **A conservação do patrimônio arquitetônico: uma solução mais sustentável.**

*The conservation of architectural heritage: a more sustainable solution.*

*La conservación del patrimonio arquitectónico: una solución más sostenible.*

### **Claudio Silveira Amaral**

Professor Doutor, UNESP-FAAC, Brasil.  
cs.amaral@faac.unesp.br

### **Pamela Messias**

Mestranda, UNESP-FAAC, Brasil.  
pamela.arquitetura@hotmail.com



#### RESUMO

Através da conservação do patrimônio arquitetônico busca-se uma solução com menor perda da memória coletiva e que utilize menos recursos financeiros e técnicos, na contramão das práticas adotadas pelos governos federal e estadual para minimizar a perda sistemática dos bens patrimoniais. Para testar se a conservação é a melhor prática adotam-se as teorias de John Ruskin de uma forma diferente da amplamente divulgada, extraindo o real valor do patrimônio e seu conceito de conservação dentro de uma lógica própria. Soma-se a estes o contexto histórico das teorias que se desenvolvem e as práticas adotadas no Brasil, como a restauração e a educação patrimonial. A Conservação não é uma prática amplamente adotada, e se mostra como uma solução mais sustentável. O valor patrimonial de um bem só pode ser compreendido se não houver uma ruptura da sua memória espacial e temporal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conservação. Patrimônio arquitetônico. John Ruskin.

#### SUMMARY

Through conservation of architectural heritage, a solution is sought with less loss of collective memory and less financial and technical resources, contrary to the practices adopted by the federal and state governments to minimize the systematic loss of patrimonial assets. To test whether conservation is the best practice John Ruskin's theories are adopted in a way that differs from the widely publicized, drawing the real value of heritage and its conservation concept into its own logic. Added to these are the historical context of the theories that are developed and the practices adopted in Brazil, such as restoration and patrimonial education. Conservation is not a widely adopted practice, and it proves to be a more sustainable solution. The patrimonial value of a good can only be understood if there is no rupture of its spatial and temporal memory.

**KEY WORDS:** Conservation. Architectural heritage. John Ruskin.

#### RESUMEN

Através de la conservación del patrimonio arquitectónico busca una solución con una menor pérdida de la memoria colectiva y el uso de menos recursos financieros y técnicos, en contra de las prácticas adoptadas por los gobiernos federales y estatales para reducir al mínimo la pérdida sistemática de los bienes patrimoniales. Para probar si la conservación es la mejor práctica adoptar las teorías de John Ruskin de una manera diferente de amplia difusión, extrayendo el valor real del patrimonio y su concepto de conservación dentro de su propia lógica. Sumado a esto el contexto histórico de las teorías que desarrollan y prácticas adoptadas en Brasil, tales como la restauración y el patrimonio de la educación. La conservación no es una práctica ampliamente adoptada, y es visto como una solución más sostenible. El valor en libros de los activos sólo se puede entender si hay una rotura de su memoria espacial y temporal.

**PALABRAS CLAVE:** Conservación. Patrimonio arquitectónico. John Ruskin.



## INTRODUÇÃO

Para que uma cidade no Brasil seja competitiva em âmbito regional ou nacional e dar uma melhor qualidade de vida a seus moradores normalmente busca-se desenvolver economicamente, mesmo que esse desenvolvimento se baseie em depreciar o antigo e obsoleto, e o vislumbre do novo. É uma característica de nossas cidades abandonar o centro antigo e construir novos e modernos bairros. Depois de algumas décadas de abandono o município recorre ao governo federal ou estadual, “Com o pires na mão”, para se encaixar em algum programa de fomento a fim de recuperar esse centro degradado e abandonado.

Na busca por soluções que recuperem centros históricos, o governo federal e os governos estaduais implantam programas de financiamentos ou a “fundo perdido”, tendo por contrapartida um estudo detalhado sobre seu patrimônio cultural. Como estes centros comumente se encontram em estágio avançado de degradação e abandono, as práticas mais adotadas no Brasil são a restauração de edifícios e a educação voltada ao patrimônio cultural, já que a população não tem a memória e o valor patrimonial destes bens em questão. O ponto positivo desta prática é que há o entendimento de que sem essa memória coletiva e sem o apego social pelo bem, ele terá muita pouca chance de se sustentar.

Na ampla discussão sobre as intervenções em edifícios e em centros históricos falta a comprovação teórica e prática de que a conservação é a melhor maneira de preservação de patrimônio arquitetônico. E ela só poderá ser realizada com estudos que, primeiramente, defina as bases epistemológicas da conservação, que comparem com outras formas de intervenções e que demonstrem suas qualidades, vantagens e pontos a serem melhorados. É o que este estudo busca de alguma forma iniciar nesse novo campo de possibilidades e de vários níveis de enraizamentos.

Busca-se uma nova forma de intervenção em patrimônios arquitetônicos, que leve em conta sua temporalidade, sua autenticidade, uma interação do patrimônio com seu meio, onde haja um diálogo com a sociedade atual, que reduza meios de consumo e de tecnologia especializadas. Mas apesar dessa proposta complexa, entende-se que as soluções podem ser encontradas na simplicidade. Volta-se ao início, estudando detalhadamente o que John Ruskin propõe, no século XIX. A conservação é um processo sustentável e, portanto, diário e dedicado. Hoje as práticas adotadas, em sua ampla maioria, são dedicadas ao restauro, que entendemos como uma atividade altamente técnica, cara financeiramente e que requer um grande número de recursos materiais e tecnológicos. Na contramão, Ruskin pede mais altruísmo, que se renuncie o presente em favor de um futuro, que se pratique a vigília e a manutenção até quando for necessária e após, admitir o tempo e a ruína. Ainda sim esta ruína é possuidora de uma identidade local ou nacional.



## OBJETIVO

O objetivo do estudo é testar se a conservação do patrimônio é a melhor técnica de intervenção em patrimônio arquitetônico. Para isso, há a necessidade de identificar o valor do patrimônio, o que é conservação e seu delineamento, testar qualitativamente a conservação e identificar e qualificar as práticas mais adotadas no Brasil.

## METODOLOGIA

Para testar a conservação dividimos o estudo em cinco etapas: contextualização de Ruskin, o pensamento ruskiniano, o valor do patrimônio, a conservação do patrimônio e as práticas adotadas no Brasil.

O contexto e o pensamento de John Ruskin são primordiais para a interpretação de seu raciocínio e sua de lógica, a partir desse entendimento podemos esclarecer o valor do patrimônio para Ruskin e o delineamento de uma conservação.

Para esclarecer o valor do patrimônio levam-se em conta as principais correntes de pensamento no Brasil e no mundo, é esse valor que condiciona as práticas adotadas em torno da sua preservação.

A análise das práticas adotadas no Brasil se deu com a leitura e interpretação dos direcionamentos dos recursos disponíveis às práticas de restauro, conservação e educação patrimonial, através de programas federais, como o Monumenta. Com a interpretação dos benefícios obtidos e os pontos negativos levantados.

## RESULTADOS

A realidade de Ruskin, isto é, a Inglaterra do século XIX, é marcada pela nova paisagem moderna urbana, e também pelos novos materiais industriais, como o aço e o vidro que compõem essa paisagem. Este “espírito moderno” é alvo de uma preocupação teórica. Pugin, assim como Ruskin, defende uma posição contrária à busca moderna desse momento. Principalmente porque a busca pela industrialização causava uma forte degradação do patrimônio inglês. Ruskin sente que o *savoir-faire* milenar dos pequenos povoados está sendo desconsiderado (KERN, 2009).

Desprezando-se a explicação conveniente das dicótomas teorias de John Ruskin e Viollet-le-Duc, uma conservacionista e outra intervencionista, procura-se alcançar além. Na Inglaterra, onde é o ponto original das transformações industriais nos séculos anteriores, e onde acontece o apego às tradições e a volta ao passado, os ingleses procuram essa memória afetiva na busca de preservar algum traço do passado por meio de organizações civis. Já na França, local predominantemente rural, onde a busca por uma modernização é conveniente, há o entendimento que o presente deve coexistir com o passado, querem uma memória efetiva (MENEGUELLO, 2001).



A procura por sociedades urbanas anti-industriais, como modelos para o futuro, se fundamenta na recuperação visível dos traços do passado trazendo uma nova relação qualificando este espaço e preservando o patrimônio. Apesar da degradação trazida pelo industrialismo, esses modelos são possíveis lugares de salvação, lugares utópicos. As ruínas participam ativamente nesse novo planejamento, trazendo a tona o valor humano (MENEGUELLO, 2001).

Na verdade, a visão inglesa no século XIX reduzia o valor do trabalho como uma mercadoria, e é contra esse ideal que Ruskin trabalha suas teses, estimando os defeitos e as falhas humanas e aceitando as debilidades do trabalho manual. O tema fundamental de Ruskin é o homem (LIRA, 2006). Em uma era de mudanças, como se passou no século XIX, o trabalho do homem é o centro das discussões e dos pensamentos. Para o homem poder fazer seu trabalho e, através dele, encontrar a felicidade e seu caráter enobrecedor, Ruskin cria uma teoria muito particular sobre a forma como “vê” o mundo.

As teorias de Ruskin derivam de sua observação da natureza, onde as partes compõem o todo. Sua lógica abrange várias áreas como a pintura, a política, a religião, a arquitetura, enfim o homem. Quando se põem a ensinar, não aplica regras ou métodos clássicos, ensina cada aluno a criar seu próprio método, um método de “ver” o mundo a sua volta. O método ruskiniano entrelaça tudo o que existe procurando dar uma noção de ordem, equilíbrio e lógica. (AMARAL, 2008). Seus desenhos pitorescos são indicativos da sua forma de ver o mundo que está a sua volta, não obedece a regras clássicas, o que importa para Ruskin é a subjetividade, a impressão, o sentimento percebido.

Pela observação da natureza Ruskin toma como fundamental o relacionamento entre os elementos naturais, com uma ética: relação de cooperação e não de concorrência. E a própria observação é baseada na teoria de apreensão do espírito, de uma primeira impressão que faz brotar associações a diversos assuntos vindos da memória do expectador. Chamou essa observação de sublime, pois é a grandiosa compreensão humana que salta fora do objeto observado. As “verdades ruskinianas” surgem do estado de contemplação: apreensão pelas sensações (AMARAL, 2008).

Na busca desse trabalho em torno do homem, Ruskin elege a arquitetura como a maior de todas as artes, pois ela abrange uma escala de compreensão maior que todas as outras. Para Ruskin a arquitetura é o espaço dos acontecimentos diários, isto é, todo o espaço urbano. Já as leis ruskinianas são elaboradas através de metáforas, como por exemplo, a lei do “sacrifício”: Ruskin diz que é uma exigência, pois para desempenhar qualquer profissão é necessário seu sacerdócio. O que isso realmente significa é que todo profissional deve aderir a uma ideologia e tem um comprometimento ético (AMARAL, 2008).

As verdades da Arquitetura de John Ruskin derivam da sua lógica da composição natural (AMARAL, 2008). Ela deve mostrar as relações de forças que as estruturas estão desempenhando, para que seu observador tenha sensação de segurança e sublimidade. E devem expressar o caráter do material, pois cada material possui seu próprio processo de envelhecimento, o que para Ruskin traz dignidade, pois acrescentam sinais do tempo. Toda



requalificação espacial é entendido como uma falsificação histórica, pois se perde as características originais em sua adulteração.

O que é importante salientar é que Ruskin só pode ser compreendido quando levamos em conta que seu pensamento é espacial e universal, pois ao invés de sua argumentação sair de um ponto para outro, ele superpõem vários assuntos como camadas ou layers. O todo é composto por objetos, sensações, efeitos, memórias, cores, luzes, etc., tudo passa a ser uma só estrutura (AMARAL, 2011).

O valor do patrimônio para John Ruskin passa pela observação universal, a arquitetura deve ser concebida desde o início para ser histórica e deve ser preservada como tal. Inspira-nos a construir de maneira sólida com significado estilístico e histórico, isto é, como símbolos centralizadores de uma sensação - memória. “Nós podemos viver sem ela, mas não podemos rememorar sem ela (arquitetura)” (RUSKIN, 2008, p. 54). Para considerar uma interferência, Ruskin pede que não se toque apenas em sua superfície, mas leve em consideração todos os tempos superpostos ao patrimônio arquitetônico, por esse motivo pede que pratiquemos a auto renúncia em prol de um futuro onde se possa “ler” o passado de forma digna. Entende-se nesse ponto que não é apenas um culto a ruína, mas um esforço em preservar o patrimônio desde sua criação, que se construa para durar.

O conceito e o valor do patrimônio evoluíram com o tempo, Camillo Boito e G. Giovannoni são da geração seguinte, e com eles a formulação de diretrizes para a conservação e restauro dos monumentos históricos na Itália entre 1879 e 1909. Boito recolhe de cada teoria antagônica, a inglesa e a francesa, o melhor e vai além. Entende a noção de autenticidade e a preservação dos sucessivos acréscimos devidos ao tempo, mas também faz a leitura paleontológica do edifício, postula a prioridade do presente acima do passado e afirma a legibilidade da restauração, teorias derivadas de Le Duc. Vai além quando postula que a restauração é apenas como uma medida paliativa, praticada *in extremis*, quando todos os outros meios de preservação tiverem fracassado. A maior dificuldade encontrada por Boito foi delinear até quando levar uma restauração. Os conceitos de autenticidade, hierarquia e estilo de restauração permitem a Boito estabelecer os fundamentos da disciplina (CHOAY, 2006, p. 164-167).

Após Boito, Alois Riegl trata o monumento histórico como um objeto social e filosófico, atribui-lhe valores como “rememoração” e “de contemporaneidade”. Ao primeiro, o que ele chama de “ancianidade”, diz respeito à idade dos monumentos e às marcas que o tempo imprimiu e continua imprimindo, e cujo fim é a degradação – assim como Ruskin. À segunda, Riegl dá um valor de uso, para a utilização prática do edifício. A ausência de um uso é o critério que distingue o monumento histórico da ruína. Essas exigências simultâneas e contraditórias reveladas por Riegl atribui um caráter de individualidade a cada patrimônio arquitetônico, pois seus graus de ausência e existência vão depender de cada edifício, de seu contexto social e cultural. Esses questionamentos trazidos por Boito e Riegl constituem a cerne das orientações e questionamentos da geração posterior (CHOAY, 2006, p. 167-173).



Com o século XX, com o “grande projeto de democratização do saber (...) aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e o turismo cultura de massa” (CHOAY, 2006) o valor do patrimônio em geral se transforma em produto de consumo. Esse valor se transforma em uma prática estatal e privada e sua tarefa é explorar os monumentos de forma indefinida. Para isso a reutilização desses monumentos, não apenas como museus ou galerias, mas também como escolas, teatros, cinematecas, centro de convenções, etc., é uma prática amplamente recorrida.

A partir dos pressupostos teóricos sobre o valor do patrimônio, a partir de 1932 ele passa a ser amplamente estudado, discutido e reivindicado. Surge a cena internacional do patrimônio com as sociedades de proteção, e com ela as cartas de recomendações, as áreas de proteção histórica em diversas cidades do mundo, e um plano de valorização do patrimônio por meio da educação. Todas essas medidas culminam em ações privadas e estatais que se resumem em “descobrir” novos patrimônios arquitetônicos e urbanos para que possa ser introduzido na cena internacional, e assim, explorado economicamente e culturalmente.

Nesse momento, meados do século XX, teóricos, como Françoise Choay, estão atentos a esse fenômeno e começam a questionar esse valor dado ao patrimônio. Este novo valor, que se encontra em desenvolvimento até os dias de hoje, repensa sobre a questão da imagem do patrimônio, dar identidade e autenticidade ao patrimônio e sobre as formas de destinar essas construções históricas. Em vista da perda do valor afetivo do patrimônio em prol do seu valor intelectual, as novas formas de preservação reclamam a memória genética de um povo ou comunidade. Pede-se que se abandone o culto cultural internacional e prol de um *locus* de lembranças de nós mesmos, isto é, um destino antropológico, esclarecendo às gerações futuras nossa visão de mundo e nossas opções sociais (CHOAY, 2006).

Como um dos resultados dessa corrente de pensamento surge a Carta de Amsterdã (1975). Em primeiro lugar a conservação do patrimônio arquitetônico não é apenas um problema marginal, mas deve ser o objetivo principal na esfera do planejamento territorial. Lembremos que o Patrimônio Arquitetônico, desde a Carta de Veneza (1964) não é entendido como edifício isolado, mas com sua ambiência. A Carta de Amsterdã também considera que em face aos custos de restauração, planejamento e conservação também são de responsabilidade das esferas locais e dos proprietários, e para eles devem ser tomados incentivos fiscais. Outros aspectos abordados são a educação patrimonial e a qualidade das construções contemporâneas, que são o legado para futuro (IPHAN, 1995).

A Carta de Amsterdã significa um resumo do pensamento atual sobre a conceitualização do lugar da Conservação do Patrimônio Arquitetônico na sociedade civil. Reclama a ajuda científica para sua própria fundamentação, mas corresponde às aspirações de uma abordagem mais local e temporal (cronotópica), mais sustentável, à medida que a conservação sistemática é mais produtiva com menos recursos.

No Brasil as ações voltadas à preservação do patrimônio arquitetônico estão vinculadas a uma ação heroica, e até certo ponto válida, tenta-se preservar o que for possível em face do grave estado que se encontram. Segundo o Iphan, em 1990, dos cerca de 800 edifícios nacionais



tombados individualmente, somente 20% se encontravam em boas condições e 5% precisando de pequenos reparos. Os demais apresentavam graves problemas: 10% encontravam-se em ruínas, 40% em más condições e 25% com condições inadequadas. Em 1999, os usos destinados a esses patrimônios foram levantados pelo Iphan, e apenas 32% dos monumentos eram utilizados de forma compatível, 45% estavam sendo usados por atividades que deterioram, 20% ocupados e 3% abandonados (BONDUKI, 2010, p. 37).

Desenvolvem-se programas, como o Monumenta, para ações principalmente de restauro e educação patrimonial. Sua proposta inicial, em 1999, era concentrar os recursos à 6 centros históricos, mas decidiu-se ampliar essa contemplação para 26 núcleos históricos. O objetivo desse programa é:

[...] preservar os sítios urbanos históricos e culturais prioritários sob proteção federal (...) fomentar o conhecimento e a apreciação das populações brasileiras acerca de seu patrimônio, aperfeiçoar a gestão voltada para a preservação do patrimônio e, sobretudo, fomentar o uso econômico, cultural e social das áreas restauradas.

Mais do que restaurar monumentos ou desenvolver um amplo e abrangente conjunto de obras nos núcleos históricos, o Monumenta, na sua concepção inicial, buscava criar as bases para uma preservação sustentável, ou seja, criar um processo social e econômico, no nível local, que possibilitasse a manutenção do patrimônio sem que o governo federal precisasse reaplicar, de tempos em tempos, recursos orçamentários nas mesmas áreas. Investimentos em obras e em atividades concorrentes de educação e valorização do patrimônio seriam instrumentos para criar processos econômicos duradouros capazes de gerar recursos para a preservação (BONDUKI, 2010, p. 41).

Estava previsto investimentos divididos em duas frentes, a primeira com ações intervencionistas e a segunda com ações educativas:

1. Investimentos Integrados:

- 1.1. Restauração, reabilitação e adaptação de monumentos e edifícios históricos;
- 1.2. Qualificação e melhoria de espaços públicos inseridos nas áreas delimitadas;
- 1.3. Recuperação de imóveis privados inseridos nas áreas delimitadas, objetivando a “conservação”<sup>1</sup> residencial ou comercial. Podiam ser reparos em estruturas, telhados e fachadas.

2. Atividades concorrentes:

- 2.1. Capacitação de Mão de obra, formação de instrutores, de artesões, de agentes culturais e de turismo;
- 2.2. Programas Educacionais, visando a informação à população sobre o patrimônio histórico, cultural e artístico;

<sup>1</sup> Conservação, neste caso se trata de ações de recuperações e de restauros de edifícios degradados, como mostra os dados levantados por Bonduki, 2010.





- 2.3. Fortalecimento institucional do Iphan e do Ministério da Cultura, elaboração de inventários, manuais técnicos, normas, capacitação, assessoria e estudos do patrimônio histórico do Brasil;
- 2.4. Promoção de atividades econômicas nos núcleos históricos, financiamentos de atividades experimentais, ONGs, moradores, e outros agentes (BONDUKI, 2010).

Mas de acordo com Bonduki (2010, p. 51), em 2008, as intervenções foram distribuídas em 131 obras de restauro de monumentos, 563 obras de recuperação de imóveis particulares, 67 obras de requalificação urbana, 62 intervenções em praças e parques, dois novos parques, reabilitação de dez mercados públicos, implantação de dois campi universitários em edifícios arruinados, reciclagem de 76 imóveis históricos para implantação de unidades de habitação social. O programa, sem dúvida, tenta abranger uma diversidade de ações, mas de fato se objetivou ações de salvamento de patrimônios históricos que estavam degradadas, abandonadas ou com uso impróprio.

Mas não encontramos atividades que apoie a manutenção preventiva e a conservação dos poucos edifícios que se encontram preservados, principalmente os particulares. Mas é um primeiro passo para que essa prática seja concebida, aprimorada e disseminada à população brasileira.

## CONCLUSÃO

Entende-se que a conservação do patrimônio arquitetônico é crucial para a manutenção da memória coletiva, do valor histórico e cultural. Para a manutenção desse valor, a arquitetura é a única instância capaz de alcançar o que os homens de sua época pensavam, sentiam, manuseavam e contemplavam.

O patrimônio é merecedor da proteção, pois está historicamente associado ao sagrado e à herança pertencente a um grupo social, definidor de sua identidade e cultura. Essa proteção pode ser feita de várias maneiras, como a restauração, a conservação, com o respeito à sua vizinhança, com a manutenção de seus objetos internos, como arte, mobiliários.

Já a conservação se encontra difícil de fazer frente às situações que muitas vezes essas construções se encontram: mutiladas, arruinadas, descaracterizadas, com acréscimos espúrios. Também há dificuldades de entendimento teóricos sobre o que realmente consiste em uma conservação, muitas vezes é entendida desde uma limpeza até mesmo com reconstruções.

A conservação é necessária para que não precise restaurar, se o patrimônio já passou do ponto de qualquer tipo de ação de conservação é necessário escorar e reforçar, mesmo que seve aparente, essa aparência é sublime, é importante que não se altere os materiais e as configurações do espaço. Praticar a auto-renúncia se não for possível conservar.

Lembrando-se que o tempo não pode ser congelado, a arquitetura deve ser feita para a história, seja ela próxima ou distante historicamente. As marcas do tempo estão impregnadas na arquitetura, e o tempo é fatal! A ruína está declarada. O que tem que aproveitar dessa



realidade é que a história que está entregada na arquitetura deve estar presente em suas linhas, sombras, fraturas, manchas, fendas... Esse é o símbolo de uma arquitetura histórica. É necessário que se mostre as características do patrimônio e sua passagem pelos tempos, são as impressões que mostram e contam a história vivida por esse patrimônio.

A conservação permanente e sistemática vem contribuir para a manutenção do patrimônio tanto quanto for possível. A conservação é o modo de fazer preservação de patrimônio que é mais econômica, é o modo que menos deprecia o bem patrimonial, o modo que menos usa recursos materiais e de serviços especializados, o que menos acrescenta elementos não originais. O modo que menos necessita de uma deslocação de seus proprietários ou usuários. A conservação implica em uma manutenção da memória coletiva, enquanto espaço e tempo.

#### REFERENCIAL

AMARAL, C. S. A lógica espacial de John Ruskin. **Oculum Ensaios**, 7, 2008.

AMARAL, C. S. **John Ruskin e o ensino do desenho no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011.

BONDUKI, N. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília-DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

IPHAN, I. D. P. H. A. N. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, v. (Caderno de documentos nº3), 1995.

KERN, D. Paisagem moderna: Baudelaire, Ruskin e as grandes exposições de 1851 e 1855. **Anais do 18º Encontro Nacional da ANPAP**, Salvador, BA: EDUFBA, 2009.

LIRA, J. T. C. D. Ruskin e o trabalho da arquitetura. **Risco - revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, São Paulo, 4, 2006. 77-86.

MENEGUELLO, C. **Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, p. 429. 2001. (M524d). Tese (Doutorado).

RUSKIN, J. **A Lâmpada da Memória**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.